



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

2, 3, 4 e 5 de novembro de
2012



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog do Moacir Pereira	Editoria: Educação	Data: 05/11/2012
Assunto: Deschamps, o piso e a decisão judicial favorável ao governo		Página: Online



Deschamps, o piso e a decisão judicial favorável ao governo

01 de novembro de 201225

O secretário da Educação, professor Eduardo Deschamps, envia e-mail com novas informações sobre a questão do piso nacional do magistério. Revela que já existe decisão judicial favorável ao governo sobre o cumprimento da lei federal. Confira:

"Boa tarde, Moacir

Em relação às informações contidas em sua coluna publicada nesta quinta-feira, 1º, gostaria de fazer algumas observações:

- O Governo de Santa Catarina cumpre integralmente o disposto na Lei do Piso, já que nenhum professor recebe como salário base menos que R\$ 1.451,00 para 40 horas trabalhadas, valor este correspondente ao vencimento inicial da carreira do magistério, ou seja o reajuste de 22% deste ano foi concedido aos professores como determina a referida Lei;
- No mês de outubro foi proferida decisão judicial favorável ao Estado onde consta que o índice de reajuste do piso aplicado no vencimento inicial da carreira, não necessariamente deve ser aplicado a todos os níveis da carreira do magistério, faltando a publicação do acórdão desta decisão;
- Não obstante, o Estado, por meio da Coner, continua as negociações com a categoria para revitalização da carreira do magistério catarinense, lembrando que os demais níveis de carreira já tiveram reajuste este ano da ordem de 8%;
- Na reunião entre Coner e Sinte, desta quinta-feira, 1º, foi apresentado um panorama sobre a atualização do piso salarial para 2013. De acordo com o MEC, devido a redução da atividade econômica do País, o índice de atualização do piso previsto inicialmente para cerca de 21% no ano que vem, segundo cálculos iniciais, deverá ser bem menor;
- Está em discussão, em âmbito nacional, um acordo para alteração do índice de atualização do piso, data da sua aplicação e o mecanismo legal de fixação deste valor (objeto da ADIN dos governadores);



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

- Uma nova reunião entre Coner e Sinte está agendada para o dia 14 de novembro com o objetivo de dar continuidade às negociações sobre a revitalização da carreira do magistério catarinense;

- Finalmente, convém registrar que, de maio de 2011 até o momento, o piso dos professores de Santa Catarina foi reajustado em 138% (para uma inflação acumulada inferior a 10%), a remuneração inicial de um professor de 40 horas nas séries iniciais ultrapassa R\$ 2.200,00 e que a folha de pagamento do magistério aumentou mais de R\$ 800 milhões, sendo que para cobrir tal aumento o Estado vem investindo mais de 30% da sua receita na Educação dos catarinenses, quando o mínimo constitucional é de 25%.

Atenciosamente
Prof. Eduardo Deschamps
Secretário de Estado da Educação".



Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Geral	Data: 05/11/2012
Assunto: Gabarito oficial sai até quarta		Página: 08

Notícias do Dia

Gabarito oficial sai até quarta

Enem. Ministério da Educação quer agilizar divulgação; Santa Catarina não registra incidentes

EVERTON PALAORO
everton@noticiasdodia.com.br
@palaoro_ND

Santa Catarina foi um dos Estados que registrou o menor número de abstenções nos dois dias do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). No total, 78.640 estudantes compareceram nos 55 municípios catarinenses com locais de prova. A informação é do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).

O gabarito oficial será divulgado até quarta-feira. Porém, a assessoria do órgão informou que a intenção é agilizar a divulgação dos dados na internet.

A PM (Polícia Militar) não registrou incidentes no Estado. A PM disponibilizou 275 policiais para fazer escolta dos envelopes com os questionários e o policiamento

no entorno das escolas. O major Alessandro Marques ressaltou que os maiores transtornos ocorreram pelo atraso dos candidatos.

O estudante Allan Cordeiro Cardoso, 16 anos, quase entrou para as estatísticas de abstenções no segundo dia do Enem. Ele chegou ao local sem a carteira de identidade. Por sorte, conseguiu que o tio trouxesse o documento antes do fechamento do portão.

Ontem, os inscritos tiveram que responder 90 questões sobre questões sobre linguagens, códigos e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias e a redação, em cinco horas e meia de prova. Este ano, o tema da redação foi "Movimento imigratório para o Brasil no século 21". A redação é corrigida por dois professores. Caso as notas sejam muito distintas, um terceiro avaliador corrige o texto.

Candidatos excluídos por divulgarem fotos do cartão-resposta

O Ministério da Educação eliminou 65 candidatos em todo o país que divulgaram as imagens do cartão-resposta das provas na internet. As fotos foram publicadas em redes sociais, como Twitter e

Facebook. Este ano, o ministério endureceu as regras para os 5,7 milhões de candidatos inscritos no Exame Nacional.

No sábado, 37 pessoas foram excluídas após terem vazado as

imagens na internet. Ontem, foram registrados outros 28 casos. O ministério não informou se ocorreram incidentes nos 55 municípios catarinenses onde as provas foram realizadas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Editorial

Data: 3e4/11/2012

Assunto: A educação como investimento

Página: 11

Notícias do Dia

A educação como investimento

A pesquisa Pyxis Ibope Inteligência, elaborada para o Grupo RIC visando à construção do IMPAR (Índice de Marcas de Preferência e Afinidade Regional), mostrou um dado animador: em Santa Catarina, a classe B é a que mais investe em educação. Quase 60% dos entrevistados nesta faixa aplicam em mensalidades escolares para si e para os filhos mais do que no consumo ou em poupança. Para os especialistas, esta opção tem relação com a necessidade de manter as conquistas recentes e, também, de continuar a ascensão social, porque parte desse contingente já fez parte da classe C.

Ouvidas pelo ND, algumas destas famílias admitem considerar a educação como um investimento, não como um gasto. É por isso que profissionais procuram aprofundar seus estudos, fazendo mestrado ou cursos que aprimorem o domínio que têm sobre seu ofício ou atividade funcional. Em outros casos, os pais aplicam boa parte da renda na formação dos filhos, pagando escolas particulares, que são mais caras e, em tese, oferecem educação mais qualificada. O objetivo é acessar um curso superior, requisito quase obrigatório, hoje, para assegurar uma carreira bem sucedida.

Por outro lado, ainda não faz parte dos hábitos dos catarinenses – assim como dos brasileiros em geral – destinar eventuais excedentes à poupança ou a outras aplicações financeiras. Por um lado, isso denuncia que a sobra é pequena; por outro, reflete uma tendência para o consumo, não para fazer provisões com vistas ao futuro. De qualquer forma, como está provado, o estudo já é uma forma segura e inteligente de poupar.



Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Cidade

Data: 3e4/11/2012

Assunto: Classe B escolheu a educação

Página: 04

Notícias do Dia

Classe B escolheu a educação

Pesquisa. Para muitas famílias, estudar é mais importante que comprar ou aplicar na poupança

SARAGA SCHIESTL
saraga@noticiasdodia.com.br
@saraga_ND

Na família do administrador Adenir Steintach, 58 anos, todos são estudantes. Ele e a mulher, Maria Zenilda da Silva, 51, fazem mestrado, enquanto os filhos Rafael, 25, e Ana Carolina, 19, passaram para os cursos de direito e design, um em universidade pública, outro em instituição particular. Os gastos com educação consomem, em média, 20% da renda familiar. Na casa da professora do curso de fisioterapia da Unisul Anna Quialheiro Abreu da Silva, 36, a situação é parecida, com investimentos beirando os 15% do salário dela e do marido. O dinheiro está reservado para pagar os estudos do casal e dos dois filhos pequenos, que estão matriculados em colégio e creche particulares.

Em Santa Catarina, a classe B é a que mais investe em educação. Estudar é mais importante para essas famílias do que comprar um carro novo ou aplicar o dinheiro em um banco. É o que mostra a pesquisa Pyxis Ibope Inteligência, elaborada com exclusividade para o Grupo RIC para a construção do IMPAR

(Índice de Marcas de Preferência e Afinidade Regional). Entre os 1.400 entrevistados em todo o Estado, 59,9% dos integrantes da classe B declararam que estão gastando com mensalidades e matrículas em universidades e colégios privados.

“Não considero um gasto, mas sim um investimento”, afirma Adenir, que se formou em duas universidades, mesma trajetória da mulher. “Comecei a fazer o mestrado e logo depois ela também quis fazer. É uma necessidade que temos de sempre estar aprendendo mais”, destaca.

A professora do curso de fisioterapia motivou o marido a entrar na universidade. “Ele percebeu a cobrança que existia dentro do trabalho. Só iria se destacar dentro da profissão se estudasse”, explicou Anna, que tem mestrado e hoje estuda em um curso de tecnólogo. O casal faz questão de pagar ensino particular aos filhos Rafael, 2, e Leonardo, 6. A mesma situação aconteceu na casa de Adenir, onde os filhos, desde pequenos, estudaram em instituições particulares. “A educação é a único bem que levaremos para sempre”, enfatizou.



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Opinião

Data: 03/11/2012

Assunto: O piso do magistério

Página: 12

DIÁRIO CATARINENSE

O PISO DO MAGISTÉRIO

A definição de uma nova sistemática de reajuste para o piso salarial do magistério no setor público por um grupo de trabalho criado pela Câmara dos Deputados com esse objetivo cria uma expectativa favorável para os professores, para os governadores e para os prefeitos. Aos educadores, que participaram das negociações, interessa uma definição clara sobre como serão corrigidos seus vencimentos daqui para a frente. Aos governadores – alguns dos quais recorreram da decisão ao Supremo Tribunal Federal (STF), incluindo os de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul – e aos prefeitos a serem empossados em janeiro, a medida acena com uma perspectiva de folga para o cumprimento dessa nova regra. Independentemente das alegadas dificuldades do setor público, o piso definido em lei é o mínimo que os professores têm direito a receber. Assegurá-lo, portanto, é dever de todo gestor público, seja em âmbito estadual ou municipal.

Fixado hoje em R\$ 1.451, o piso salarial enfrenta dificuldades para ser bancado em alguns estados e municípios, que vêm se socorrendo de artifícios para não desobedecerem à lei.

O acordo no processo de revisão salarial do magistério acena com a perspectiva de correção de uma injustiça histórica, mas não resolve tudo. Algumas unidades federativas ainda precisam corrigir planos de carreira incompatíveis com a realidade.

Por isso, um reajuste de 22% no valor a ser desembolsado no próximo ano, equivalente à variação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), poderia provocar um impasse nas duas esferas públicas. Tanto estados quanto municípios têm compromissos assumidos com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que fixa limites rígidos para desembolsos com a folha salarial dos servidores. A dificuldade de cumprir a lei do piso é particularmente maior nos estados e municípios hoje muito próximos dos

limites de comprometimento das receitas com despesas.

A sugestão encaminhada à Câmara, e que será analisada também pelo Ministério da Educação, baseia-se numa combinação entre o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a inflação dos brasileiros de maneira geral, e o Fundeb. Evidentemente, o acordo no processo de revisão salarial do magistério acena com a perspectiva de correção de uma injustiça histórica, mas não resolve tudo. Algumas unidades federativas ainda precisam corrigir planos de carreira incompatíveis com a realidade e enfrentar distorções como a aposentadoria precoce de profissionais.

O essencial é que, desta vez, prevaleça o diálogo entre todas as partes interessadas, dificultado desde que, sob alegações como a de não dispor dos recursos suficientes em caixa, governadores contestaram a constitucionalidade do índice. Como não há mais questionamentos judiciais e falta agora apenas aprovar a sistemática de correção, resta aos gestores públicos se preparar desde já para honrar o valor do piso, deixando definitivamente para trás uma era em que os professores nem sequer ganhavam o mínimo a que têm direito.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 04/11/2012
Assunto: Desordem na ordem		Página: 47

DIÁRIO CATARINENSE

Desordem na ordem

Institucional da Secretaria de Educação de Santa Catarina anuncia a abertura de matrícula para 2013, com término no dia 5 de novembro, segunda-feira. Até aí, nada demais. Ocorre que a abertura do anúncio, repetidamente apresentado na televisão, simula uma lista de pretendentes às vagas, em ordem alfabética, começando pelo nome de "Alberto" e, em seguida, o de "Adriana". Ordem analfabética foi o que acabou sendo divulgado exatamente por quem não poderia cometer esse erro: a secretaria que cuida da educação dos catarinenses.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Serviço	Data: 05/11/2012
Assunto: Matrículas		Página: 32

■ **Matrículas** - Termina hoje o prazo para matrícula nas 1.112 escolas da rede estadual para o ingresso no ano letivo de 2013. A Secretaria de Estado da Educação oferece vagas para os ensinos fundamental, regular, médio inovador e profissionalizante. Quem não conseguir se matricular terá nova chance de 4 a 13 de fevereiro.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 05/11/2012
Assunto: Enem		Página: 27

DIÁRIO CATARINENSE

ENEM

Imigração foi o tema da redação

Os dois dias do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) reforçaram a fama da prova de utilizar temas de atualidades, exigir interpretação, comparações e ser cansativa.

Para professores catarinenses, até o tema da redação deste domingo fugiu do convencional, mas não escapou do estilo do exame. O tema Movimento Imigratório para o Brasil no Século 21 pode ter assustado alunos que esperavam dissertar sobre preservação ambiental ou violência, que eram assuntos cogitados para a prova.

Mas, para o professor de redação e coordenador do cursinho pré-vestibular Objetivo de Florianópolis, Ricardo Russo, bastava o aluno fazer a relação com a imigração de haitianos para o Brasil e até com a mistura interracial no país. Como complementa o coordenador do curso pré-vestibular Energia, da Capital, Herbert Monteiro, a importação de mão de obra internacional para o setor tecnológico não só no Brasil como em Santa Catarina também poderia servir de base para o texto.

O estilo de questões seguiu o modelo do exame passado, de não ser uma prova difícil, mas trabalhosa, com grandes volumes de texto. Conhecimentos específicos não ficaram de fora.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Diário do Leitor

Data: 05/11/2012

Assunto: Educação

Página: 13

DIÁRIO CATARINENSE

Educação

A discussão sobre a implantação ou não de câmeras de vigilância nas escolas seria cômica se não fosse trágica, porque se temos 40 alunos em sala de aula, temos também 40 celulares gravando, e o que é pior, com o consentimento da maioria dos pais, mesmo sabendo da lei que proíbe tais equipamentos nas escolas. Há dois pesos e duas medidas: professores nada podem x alunos tudo podem, com direito a estatuto e tudo. Se houvesse câmeras, todos seríamos beneficiados, inclusive, o ensino e a educação, porque, com certeza, todos iriam ser cautelosos e pensariam duas vezes antes de agir. A direção de uma escola não pode ser onipresente, portanto, câmeras para todos.

*Édna Aparecida Cardoso, professora
aposentada há dois meses
Fraiburgo*





Veículo: A Notícia

Editoria: AN.País

Data: 02/11/2012

Assunto: MEC contrata pessoal de apoio

Página: 14

ANOTÍCIA

Enem

MEC contrata pessoal de apoio

Para tentar evitar problemas com os aplicadores das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Ministério da Educação (MEC) investiu na contratação de pessoal de apoio e aumentou em 25% o tamanho da equipe. O MEC já conta com os faltosos e afirma que o planejamento de preparação dessa equipe começou em outubro. Apesar do esforço, há fiscais que não fizeram o treinamento e foram convocados há poucos dias.

O exame começa amanhã, em 1.615 cidades do País. São esperados 5,7 milhões de inscritos. O teste é usado como processo se-

letivo para praticamente todas as universidades federais do Brasil, além de critério para concessão de bolsas do Programa Universidade Para Todos (ProUni), financiamento estudantil e certificação do ensino médio.

Com o crescimento da importância do exame – que ganhou status de vestibular em 2009 –, estudantes passaram a reclamar ainda mais do despreparo dos fiscais na hora da aplicação. São eles os responsáveis por orientar o preenchimento do exame, fazer valer as regras da prova, tirar dúvidas e agir em caso de detecção de cola.

Segundo o MEC, vão participar da aplicação 539.919 pessoas, entre coordenadores, fiscais e pessoal de apoio. No ano passado, esse número girava em torno de 435 mil. O aumento reflete o salto de 7% no número de inscritos no exame, mas também a preocupação do MEC de evitar transtornos.

A pasta afirma que a capacitação começou em junho, com curso dado a distância para 35 mil pessoas. Entre setembro e outubro, teria ocorrido a capacitação nos locais que envolveriam também os fiscais de sala e grupo de apoio.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia	Editoria: Opinião	Data: 02/11/2012
Assunto: O piso do magistério		Página: 03

ANOTÍCIA

OPINIÃO DO GRUPO RBS

O piso do magistério

A definição de uma nova sistemática de reajuste para o piso salarial do magistério no setor público por um grupo de trabalho criado pela Câmara dos Deputados com esse objetivo cria uma expectativa favorável para os professores, para os governadores e para os prefeitos. Aos educadores, que participaram das negociações, interessa uma definição clara sobre como serão corrigidos seus vencimentos daqui para a frente. Aos governadores – alguns dos quais recorreram da decisão ao Supremo Tribunal Federal (STF), incluindo o de Santa Catarina – e aos prefeitos a serem empossados em janeiro, a medida acena com uma perspectiva de folga para o cumprimento dessa nova regra.

Fixado hoje em R\$ 1.451, o piso salarial enfrenta dificuldades para ser bancado em alguns Estados e municípios, que vêm se socorrendo de artifícios para não desobedecerem à lei. A sugestão encaminhada à Câmara, e que será analisada também pelo Ministério da Educação, baseia-se numa combinação entre o INPC, que mede a inflação de maneira geral, e o Fundeb. Evidentemente, o acordo no processo de revisão salarial do magistério acena com a perspectiva de correção de uma injustiça histórica, mas não resolve tudo. Algumas unidades federativas ainda precisam corrigir planos de carreira incompatíveis com a realidade e enfrentar distorções como a aposentadoria precoce.



Veículo: A Notícia

Editoria: AN.Joinville

Data: 02/11/2012

Assunto: Escola volta a ser interditada

Página: 06

A NOTÍCIA

Escola volta a ser interditada

Para a Vigilância, prédio da Conselheiro Mafra tem risco aos alunos. Estado nega

Em novembro de 2011, a Escola Estadual Conselheiro Mafra, no Centro de Joinville, encerrou as comemorações do seu centenário com festa e a promessa de uma restauração que colocaria fim às sucessivas interdições da unidade. A última havia sido em agosto de 2011. Ontem, o lacre da Vigilância Sanitária de Joinville voltou a fechar as portas da escola por causa dos mesmos problemas.

Segundo a fiscal sanitária Lia Renata Abreu, a estrutura do prédio de 76 anos oferece risco à vida dos alunos. "Os problemas se agravaram depois da última interdição", afirma. "Não se salva nada, nem pisos, janelas, portas, cobertura e instalação elétrica", avaliou a fiscal, que registrou os problemas em fotografias. A Gerência Estadual de Ensino nega que a saúde dos cerca de 550 alunos esteja ameaçada. Esta é a quinta interdição da escola desde 1999.

Em 2011, a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Joinville conseguiu garantir a volta às aulas, após cinco dias de interdição, com um laudo assinado por engenheiros contratados que as-

segurava a segurança do prédio.

A gerente regional de ensino, Clarice Portella de Lima, disse considerar "intransigente" a forma com que a Vigilância atua - afirma que a diretora da escola foi coagida. "Ela (a fiscal) não tem autoridade para dizer se a estrutura vai cair ou não", desabafou.

SDR garante restauração

Conforme a gerente, as reformas das escolas estaduais da região segue um cronograma que inclui a Conselheiro Mafra e é definido pela urgência das obras. Cerca de R\$ 2 milhões foram disponibilizados para a Francisco Eberhardt, em Pirabeiraba; R\$ 2,7 milhões para a Osvaldo Aranha, no Glória; e R\$ 1,7 milhão para a Higinio Aguiar, em Araquari. Mais R\$ 1,5 milhão foi destinado à manutenção de todas as unidades.

Clarice assegura que as escolas Plácido Olímpio Oliveira, no Bom Retiro; Felipe Schmidt, em São Francisco do Sul; e Conselheiro Mafra são as próximas.

A gerência discutirá na segunda-feira o que fazer com os alunos da escola interditada. "Não temos espaço físico em Joinville para transferir os alunos. Precisamos encontrar uma forma de desinterditar", concluiu Clarice. Ela afirma que as aulas da manhã de segunda estão mantidas - diz não ter havido tempo para avisar os alunos.